



PRINCIPAIS RESULTADOS DO PERFIL DE PORTUGAL E DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA INFANTIL EM PORTUGAL

Embargo até às 16h30
20 de Novembro de 2007

APSI FAZ 15 ANOS

Portugal não pode continuar à espera de mais mortes para agir

A **APSI - Associação para a Promoção da Segurança Infantil** apresenta em primeira-mão um Relatório de Avaliação sobre Segurança Infantil em Portugal, elaborado pela Aliança Europeia de Segurança Infantil, OMS, UNICEF e outros organismos internacionais, e faz recomendações ao Governo para a redução da mortalidade devida a acidentes com crianças e adolescentes.

A **APSI** escolheu o **Dia Internacional dos Direitos da Criança** para comemorar os seus 15 anos de vida, fazer um balanço da Segurança Infantil e revelar as conclusões do Relatório de Avaliação sobre Segurança Infantil em Portugal, e o Perfil de Portugal 2007, elaborados pela *European Child Safety Alliance*, no âmbito do projecto *Child Safety Action Plan (CSAP)**, no qual participam 18 países europeus.

Perfil de Portugal na área da Segurança Infantil 2007

A fim de enquadrar este relatório foi feito um Perfil de Portugal, no qual são indicados alguns factores socio-demográficos com maior impacto na ocorrência de acidentes e nas consequências sociais e económicas das mortes prematuras no nosso país.

Nesse Perfil – disponível em www.apsi.org.pt - revela-se que, em 2001, morreram 731 crianças (0 aos 19 anos) devido a lesões o que representa cerca de **49.000 anos de vida potencial perdidos** em mortes prematuras e evitáveis. De facto, pelo menos **560 vidas poderiam ter sido poupadas** se Portugal tivesse o mesmo nível de desempenho que a Suécia em termos de políticas para cuidar de uma das faixas mais vulneráveis da população: as crianças e os adolescentes.



É já sabido que 75% dos acidentes podem ser evitados através de soluções técnicas. Este documento corrobora essa afirmação ao demonstrar que se seguissemos o exemplo da Suécia em termos de políticas e estratégias, **77% das vidas ceifadas prematuramente todos os anos em Portugal, podiam ser salvas o que permitiria contar com mais cidadãos com vida activa e saudável a contribuir para a produtividade e felicidade do país.** Estas 560 vidas teriam sido muito importantes para equilibrar um pouco a já delicada variação anual da população (apenas mais 1900 nascimentos relativamente às mortes) e contribuir para travar o estreitamento da base da pirâmide demográfica.

As lesões não intencionais contribuem para um quarto do total da mortalidade das crianças e adolescentes (25,65%), valor esse que é superior à média Europeia (20,67%) (dados de 2002).

O Perfil de Portugal revela ainda que **os pais portugueses têm que trabalhar mais do dobro das horas para poder adquirir cadeirinhas para proteger as crianças no automóvel** (sistemas de retenção de preço médio disponíveis no mercado português, comparando com as famílias nos outros países que participam no projecto CSAP). Estes equipamentos de protecção e os outros analisados (capacete de bicicleta, cancela para escadas, colete salva-vidas,...) foram escolhidos por estar provada a sua alta eficácia na protecção da vida e redução da gravidade das consequências dos acidentes, quando devidamente utilizados. Este facto vem reforçar a importância do apelo que a APSI fez ao Governo em Maio deste ano, para **reduzir o IVA de 21% que incide sobre estes dispositivos tendo em conta que salvam vidas preciosas**, são de uso obrigatório por lei mas as famílias têm dificuldades para os adquirir, optando por não usar ou por equipamentos antigos, em segunda mão.

Portugal tem também **taxas de iliteracia 5 vezes mais altas que a média Europeia** (7,5% contra 1,5%) e uma taxa de população em risco de pobreza superior à média europeia (21% contra 15%). Ora esses factores têm também um impacto importante na vulnerabilidade das crianças que vivem em famílias com condições socio-económicas mais desfavorecidas, o que geralmente coincide também com habitações de espaço mais exíguo, outro factor com influência numa maior taxa de ocorrência de acidentes.

Relatório de Avaliação da Segurança Infantil 2007

Para além da análise da evolução da Segurança Infantil, este relatório aponta algumas das estratégias mais eficazes para a segurança rodoviária, a prevenção dos afogamentos e das quedas de edifícios, entre outros. Recomenda ainda ao Governo medidas urgentes para reduzir a mortalidade e as incapacidades devidas a acidentes.

A classificação global de Portugal em termos de implementação de políticas de eficácia comprovada para a redução da mortalidade e doença devidas a lesões não intencionais em crianças e adolescentes foi insuficiente.





Foram analisadas 9 áreas de acidentes: rodoviários (passageiros, peões, motociclistas/ciclomotoristas, ciclistas), afogamentos, quedas, intoxicações, queimaduras, asfixia), e 3 relacionadas com infra-estruturas de apoio à segurança infantil, liderança nessa área e capacidade quanto ao desenvolvimento de competências.

Dentro de cada área específica foram seleccionadas algumas políticas ou estratégias que foram classificadas individualmente em termos de implementação no nosso país e que resultaram na classificação final de cada área num sistema de estrelas, sendo 5 o máximo possível em cada uma.

Segurança de Passageiros	★ ★ ★
Segurança Motociclistas / Ciclomotoristas	★ ★ ★
Segurança de Peões	★
Segurança de Ciclistas	★ ↘
Segurança na água /prevenção afogamentos	↘
Prevenção de Quedas	↘
Prevenção de queimaduras/escaldões	★ ↘
Prevenção de Intoxicações	↘
Prevenção Asfixia / Estrangulamentos	↘
Liderança na área da Segurança Infantil	★ ↘
Infra-estruturas de apoio à Segurança Infantil	★ ★ ↘
Desenvolvimento de Competências em Segurança Infantil	★ ★ ★ ↘

Foram seleccionadas políticas de âmbito nacional específicas para cada área, muitas delas coincidentes com as que a APSI defende desde a sua fundação; algumas já foram implementadas, outras são-no parcialmente, e outras estão ainda por contemplar.



Por exemplo, o uso de sistemas de retenção no automóvel é já uma medida conhecida e implementada mas a Aliança Europeia promove, tal como a APSI, o uso de cadeirinhas voltadas para trás até mais tarde do que é usual, pois é uma medida que contribui para salvar a vida de muitas crianças pequenas, em caso de acidente.

Outras medidas cuja falta de implementação em Portugal gera uma avaliação negativa são, por exemplo, a vedação de piscinas para reduzir o risco de afogamentos ou a regulamentação da construção de janelas e guardas de varandas de forma a reduzir o risco de queda devido a um design desadequado.

Para além das estratégias específicas, há políticas comuns recomendadas para as 9 áreas de acidentes em análise, na maioria dos casos com uma má classificação em Portugal. São elas:

- **Existência de um Ministério ou departamento do Governo com responsabilidade específica** na matéria analisada: verifica-se apenas para a segurança rodoviária

- **Estratégia nacional com objectivos e prazos específicos** para reduzir o risco de lesões relativamente ao tipo de acidente em análise: existe apenas o plano de prevenção rodoviária, já a necessitar de revisão. **O Plano de Acção para a Segurança Infantil em Portugal pretende vir dar resposta a esta exigência.**

- **Existência de campanha institucional** nos meios de comunicação pelo menos 1 vez nos últimos 5 anos sobre o tipo de acidente em análise no que toca a crianças e adolescentes: apenas se verificaram campanhas para a segurança de passageiros (APSI, MAI) e para a prevenção do afogamento (APSI)

- **Programa nacional de visitas domiciliárias** a famílias com crianças que inclua educação s/ a maioria das áreas em análise (segurança de passageiros, afogamentos, quedas, queimaduras, intoxicações, asfixia): a visita domiciliária é uma estratégia de grande eficácia, sobretudo durante os 3 primeiros anos de vida. Para comentar este ponto, em particular, foi convidado o Coordenador da Missão de Cuidados de Saúde Primários, uma vez que são as **Unidades de Saúde Familiar**, em franco desenvolvimento actualmente, que farão este tipo de visitas, precisando no entanto de **formação específica** para incluir este tópico na abordagem das famílias.

Relativamente às outras três áreas que constituiriam a base operacional de apoio ao desenvolvimento das políticas a adoptar, há a realçar o seguinte:

Em termos de **liderança na área da segurança infantil**, o relatório identifica a falta de um Ministério ou **organismo do Governo com responsabilidade específica na coordenação nacional** da segurança infantil e juvenil; e dentro de cada ministério ou organismo com responsabilidades nesta área, deveria existir um **interlocutor específico** para todas as questões da segurança das crianças e dos adolescentes



Dentro desta área, Portugal tem uma avaliação positiva relativamente ao facto da prevenção das lesões e traumatismos ser **formalmente considerada uma questão prioritária para o governo**. De facto até recentemente, a prevenção de traumatismos e lesões **era uma área de relevo do Plano Nacional de Saúde**. **Actualmente, já não é claro se continua a ter uma atenção especial por parte do Governo**. Se tal se verificar, Portugal perderia a avaliação positiva dada pela Aliança e daria um passo atrás na defesa da segurança das crianças. Será certamente uma das áreas em discussão durante o debate que se seguirá à apresentação do Relatório.

Outras áreas que mereceram uma classificação de actuação fraca são:



- a falta duma **estratégia nacional de prevenção de lesões e traumatismos**, liderada pelo Governo, **com objectivos e prazos específicos** nesta matéria,

- a falta de **orçamentos específicos** para a segurança das crianças e adolescentes no que toca a:

a) apoio ao desenvolvimento dos programas nacionais de prevenção

b) apoio à investigação (por exemplo, avaliação regular da eficácia da leis publicadas para revisão e actualização das mesmas (de 5 em 5 ou de 7 em 7 anos) – como seria necessário para os espaços de jogo e recreio, o regime de construção, a lei dos banhistas, a protecção de poços e tanques,...)

c) apoio ao desenvolvimento de competências / formação

d) criação e apoio ao desenvolvimento de uma comissão directiva ou grupo de trabalho para o desenvolvimento das actividades e para uma rede/organização responsável pela sua coordenação

Em termos de Infra-estruturas de apoio à segurança infantil, faltam estudos e relatórios em relação ao **peso socio-económico dos acidentes**, bem como à **análise da relação entre o risco de morte de crianças e de adolescentes** devido a traumatismos e lesões e **as condições socio-económicas da família**, local de residência (rural ou urbano) e outros factores (por exemplo, pais adolescentes ou toxico-dependência e alcoolismo).

Por outro lado, Portugal teve uma avaliação positiva pelo facto de existirem alguns dados relativamente acessíveis sobre traumatismos e lesões em crianças e adolescentes.

A área do **desenvolvimento de competências em segurança infantil foi aquela em que Portugal obteve a melhor classificação (3,5/5)** pois já existem iniciativas que podem ser potencializadas, sem ser necessário construir do zero.

De facto, houve 3 políticas que mereceram uma classificação de boa actuação





- O País possui uma ou mais organizações que inclui nas suas responsabilidades, a distribuição de informação sobre boas práticas e/ou facilitar ou encorajar a adopção de boas práticas na área da prevenção de lesões ou promoção da segurança
- O País possui iniciativas de desenvolvimento de competências/formação para quem trabalha na área da prevenção de lesões e traumatismos que são especificamente sobre prevenção de lesões ou que incluem conteúdos sobre o tema
- O País acolhe (ou já acolheu) uma conferência nacional ou um encontro regional sobre prevenção de lesões e traumatismos em crianças e adolescentes ou uma conferência nacional na qual as lesões de crianças e adolescentes estão incluídas num programa mais vasto

A APSI considera que contribuiu para a avaliação positiva nestas 3 políticas / estratégias e orgulha-se desse facto.

O País possui uma rede/estrutura ou sistema de saúde que pode promover e facilitar a educação para a prevenção de acidentes para futuros pais e/ou pais de crianças dos 0 aos 4 anos, mas não está ainda a utilizá-lo/a para esse fim. Existe aqui um grande potencial através das unidades de saúde familiar, das creches – ou seja de redes existentes, mas estas oportunidades não foram ainda exploradas de forma organizada e sistemática o que valeu uma classificação de actuação razoável.



Falta, no entanto, no País uma rede (*network*) de técnicos e investigadores da área da prevenção de lesões e traumatismos em crianças e adolescentes, e esta falha valeu-nos mais uma classificação de actuação fraca.

De qualquer forma, a avaliação global obtida nesta área é um bom incentivo que deve ser aproveitado.

Estes resultados vêm mostrar a importância do desenvolvimento do plano de acção para a segurança infantil, que deverá ser ratificado pelo Governo e ser executado por uma rede de intervenientes bem coordenada e devidamente financiada. Dessa forma, será possível alcançar as metas definidas e obter resultados visíveis e benéficos para as crianças, para as famílias e para o País dentro dos prazos previstos. Esse plano está em desenvolvimento, tendo contado com a participação de mais de 50 instituições para a definição da Visão, de 7 áreas prioritárias de intervenção e 4 áreas de intervenção transversal, bem como de metas para cada área. Actualmente está suspenso e aguarda financiamento do Governo para prosseguir. A sua implementação virá dar execução ao Plano Nacional de Saúde, integrado no Programa de Prevenção de Acidentes em desenvolvimento na Direcção Geral de Saúde.

Com a apresentação deste relatório, pretende-se contribuir para a melhoria dos fundamentos técnico-científicos que definem as prioridades de intervenção e processos de tomada de decisão em termos de políticas e investimentos e para a continuação do desenvolvimento do Plano de Acção para a Segurança Infantil em Portugal.



A conferência culminará com um debate multidisciplinar, cujo ponto de partida serão os comentários de representantes do Governo com responsabilidades na matéria: Alta Comissária da Saúde, Director Geral da Saúde, Director Geral do Consumidor, representante da Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, Vice-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Coordenador da Missão de Cuidados Primários.

Quantas crianças mais precisam de morrer?

Apesar da baixa taxa de natalidade em Portugal, centenas de vidas de crianças são desperdiçadas anualmente. Foram precisas duas mortes no Aquaparque em 1993 e mais de 5 crianças mortas por quedas de balizas entre 2000 e 2002 para o Governo agir. Só este ano, já morreram, pelo menos, 8 crianças afogadas e 11 atropeladas, e pelo menos 11 caíram de edifícios. Quantas vítimas mais são necessárias para darmos valor à Segurança e criar medidas eficazes de prevenção?

A Segurança, a protecção e a existência de ambientes seguros para viver e brincar são direitos fundamentais da Criança. É altura de agir com determinação, acelerar e garantir a adopção de medidas eficazes para a qualidade de vida das famílias portuguesas.

As estratégias são conhecidas. Falta agora coragem e vontade política para as assumir e implementar.

Portugal e Grécia apresentam as piores classificações no que toca a políticas de promoção da segurança de crianças e adolescentes, e Portugal é o quarto País com mortalidade mais elevada devido a lesões em crianças e adolescentes. O Relatório Europeu sobre os 18 países do Projecto CSAP encontra-se disponível no site da Aliança Europeia de Segurança Infantil www.childsafetyeurope.org

* O CSAP – Plano de Acção para a Segurança Infantil, teve início em 2004 e está a ser desenvolvido em Portugal sob a coordenação da APSI, no âmbito do Plano Nacional de Saúde e é co-financiado pela Direcção-Geral de Saúde. O projecto é promovido pela Aliança Europeia de Segurança Infantil, com o apoio duma comissão de especialistas da OMS, da Unicef e outras organizações e co-financiado pela Comissão Europeia. No dia 20 de Novembro, são igualmente divulgados em Bruxelas os relatórios sobre a situação na Europa e sobre os 18 países envolvidos no CSAP. Foi convidado a estar presente o Membro do Parlamento Europeu Ruben Menezes.

No site da APSI, pode encontrar os seguintes documentos:

- Ponto de situação resumido do Plano de Acção para a Segurança Infantil em Portugal
- Perfil de Portugal sobre Segurança Infantil 2007
- Relatório de Avaliação da Segurança Infantil em Portugal 2007

Consulte o programa da Conferência dos 15 anos da APSI em www.apsi.org.pt



Associação para a Promoção
da Segurança Infantil

COMUNICAÇÃO

comunicacao@apsi.org.pt

Tel: 21 88 44 100/ Fax: 21 88 44 109
Telm: 919179119 (contacto para dia 20/11)

A APSI agradece os patrocínios da:



E o Apoio:

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, BRANDIA CENTRAL, PMC ARQUITECTOS, ÀS DE CÓPIAS,
EM NOME DA ROSA, MORGADIO REAL, CORO RICERCARE